

## **Nota Pública pela aprovação da Declaração sobre os Direitos dos camponeses, camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais**

O Brasil apresenta um quadro atual e histórico de violência sistemática que tem vitimado os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, os povos e as comunidades tradicionais no Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra/CPT, somente em 2017 foram registrados os assassinatos de 70 defensores e defensoras de direitos humanos relacionados a questões agrárias;

Historicamente no Brasil também se configura uma situação de exploração, dominação e racismo contra camponesas e camponeses e outros grupos que trabalham em áreas rurais. Um exemplo disso é que 88,3% das mulheres negras em áreas rurais ganham menos de um salário mínimo, em contraste com 42,8% dos homens brancos urbanos, segundo dados do IPEA de 2016;

Considerando que os direitos são interdependentes e indivisíveis e que a garantia da dignidade da pessoa humana de camponeses, camponesas, povos e comunidades tradicionais e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, está diretamente relacionada com o direito humano à terra e ao território e à reforma agrária, ao direito à água para o consumo e irrigação enquanto um direito coletivo, à segurança alimentar e o direito às sementes;

Considerando que é fundamental assegurar os direitos de defensores e defensoras de direitos humanos e o reconhecimento dos direitos das mulheres camponesas, dada a importância das mulheres na produção de alimentos e sua especial situação de vulnerabilidade;

Considerando a importância dos camponeses e camponesas e povos e comunidades tradicionais para garantia da biodiversidade e da conservação ambiental;

Considerando ainda que é necessário garantir a efetividade do direito à consulta livre, prévia e informada quando suas terras e modos de vida e trabalho são impactados por leis, grandes empreendimentos, políticas públicas e outras ações;

Considerando que a declaração sobre o Direitos dos camponeses, camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais apresenta avanços em temas centrais para a defesa dos direitos dos camponeses e camponesas por superar lacunas que existiam no marco legal internacional e sistematizar direitos que estavam esparsos em diferentes instrumentos e que a Declaração fornecerá orientação adequada aos Estados, organizações internacionais e agências especializadas da ONU sobre como incrementar a proteção dos direitos humanos de camponeses, camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais:

Posicionamo-nos pela aprovação da Declaração, em negociação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, por ser de fundamental importância para os direitos humanos dos camponeses e camponesas e povos e comunidades tradicionais. E, nesse sentido, exigimos que o Brasil se posicione por tal aprovação, de forma coerente com a defesa e promoção dos direitos humanos.

Brasília, 19 de setembro de 2018

Assinam esta nota:

Via Campesina Brasil;  
CLOC – Via Campesina  
MCP - Movimento Camponês Popular  
Sociedade Civil do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT:  
Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME,  
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais - CONAQ;  
Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú;  
Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu - ACBANTU;  
Associação Cultural e Religiosa São Salvador - Ilê Axé Oxumaré;  
Associação Centro de Estudos e Discussão Romani - Associação CEDRO;  
Associação Comunitária dos Ciganos de Condado;  
Associação Internacional Maylê Sara Kalí;  
Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE;  
Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-34;  
Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS;  
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros;  
Rede de Cultura Caiçara;  
Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras;  
Articulação Puxirão;  
Rede Cerrado;  
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas;  
Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Riacho dos Machados - MG;  
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco;  
Associação Umbuzeiro Solidariedade e Cidadania no Semiárido;  
Associação Malhada dos Bois II;  
Associação dos Vazanteiros do Município de Itacarambi-MG;  
Associação Extrativista e Vazanteira de Pau Preto;  
Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Rio Pardo, Capoeirão e Adjacências;  
Associação Comunitária do Espírito Santo;  
Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Rio Pardo, Capoeirão e Adjacências;

Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas;  
Associação Comunitária do Pé de Serra;  
Associação Comunitária de Raiz;  
Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras;  
Associação Pomerana de Pancas;  
Associação Pomeranos do Sul;  
Associação da Cultura Alemã do Espírito Santo;  
Movimento das Catadoras de Mangaba - MCM;  
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB;  
Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco  
Babaçu - MIQCB;  
Associação dos Retireiros do Araguaia - ARA;  
Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de  
Pasto;  
Departamento de Povos e Comunidades Tradicionais -Instituto Ecovida;

FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição  
Adequadas;  
FIAN Internacional;  
Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil;  
Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA;  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;  
Terra de Direitos;  
Justiça Global;  
Plataforma de Direitos Humanos DHESCA Brasil;  
Homa - Centro de Direitos Humanos e Empresas;  
Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA  
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;  
HEKS/EPER Brasil;  
Vigência/SP;  
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos;  
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas;  
Deputado Ivan Valente – PSOL/SP, líder do Partido Socialismo e Liberdade na  
Câmara dos Deputados;  
Deputada Luiza Erundina – PSOL/SP;  
Deputado Glauber Braga - PSOL/RJ;  
Deputado Jean Wyllys - PSOL/RJ;  
Deputado Chico Alencar - PSOL/RJ;  
Deputado Edmilson Rodrigues - PSOL/PA  
Deputado Luiz Couto – PT/PB, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e  
Minorias da Câmara dos Deputados;  
Deputada Maria do Rosário Nunes – PT/RS, ex-Ministra de Direitos Humanos;  
Deputado Patrus Ananias – PT/MG, ex-Ministro do Desenvolvimento Social e  
Combate à Fome e ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário;  
Deputado Nilto Tatto – PT/SP, presidente do Núcleo Agrário do PT;  
Deputado Marcon – PT/RS, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos  
e Minorias;  
Deputado Paulo Pimenta – PT/RS, líder do Partido dos Trabalhadores na  
Câmara dos Deputados e ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e  
Minorias;

Deputado Padre João – PT/MG, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias;  
Deputado Zeca do PT – PT/MS, ex-Governador do Mato Grosso do Sul;  
Deputada Erika Kokay – PT/DF;  
Deputado João Daniel – PT/SE;  
Deputado Paulo Teixeira – PT/SP;  
Deputado Valmir Assunção – PT/BA;  
Deputado Zé Carlos – PT/MA;  
Senadora Regina Sousa – PT/PI, Presidenta da Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.